

TURMA DAS 06H
SEDF

ECA

Com Suzele Veloso

(Instituto IBED - Prof (Pref Jaicós)/Pref Jaicós/Educação Infantil/2026)

Julgue o item a seguir:

Um professor de educação infantil percebe que uma criança apresenta sinais de maus-tratos.

01. Conforme o ECA, o professor tem a faculdade de decidir se comunica ou não ao Conselho Tutelar, priorizando primeiro o diálogo com a família.

(CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Apoio Especializado/Serviço Social/2025)

Julgue o item a seguir, de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao direito à vida e à saúde.

02. A gestante que manifestar interesse em entregar seu filho para adoção tem a opção de encaminhar-se à justiça da infância e da juventude.

(CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Serviço Social/2025)

Considerando a Constituição Federal de 1988 e legislações, políticas e programas destinados a crianças e adolescentes, julgue o item a seguir:

03. A suspeita de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente deve ser comunicada ao conselho tutelar, sem prejuízo das demais providências legais porventura necessárias.

(CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Assistência Social/2024)

Julgue o próximo item, a respeito da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

04. A referida semana será realizada a cada dois anos, na primeira semana de fevereiro.

(CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Serviço Social/2020)

Flávia, com vinte e três anos de idade, deu entrada no hospital estadual de sua cidade em trabalho de parto, acompanhada de uma amiga à qual comunicou sua decisão

de entregar o filho para adoção logo após o nascimento. Do início ao final do parto, a jovem falou ao médico sobre sua decisão, mas nada foi feito pelo profissional em questão. Flávia está desempregada, encontra-se em situação de extrema pobreza e alega que, além disso, não conta com o apoio de familiares. Segundo ela, o pai da criança, seu ex-companheiro, está envolvido com tráfico de drogas e não reúne condições psicossociais para criar a criança, uma vez que é agressivo e apresenta atitudes com as quais Flávia não concorda, como, por exemplo, entregar com frequência sua arma de fogo, como se fosse um brinquedo, para um sobrinho de oito anos de idade que mora com ele.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

05. Flávia deverá ser obrigatoriamente encaminhada à justiça da infância e da juventude, devido ao interesse por ela manifestado.

(QUADRIX - GPPGE (SEE DF)/SEE DF/Serviço Social/2022)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um dos principais documentos a serem utilizados no exercício profissional do assistente social na área da educação. Nele estão expostos os princípios legais que versam sobre a defesa dos direitos da criança e do adolescente e as normativas sobre a adoção e a guarda. Trata-se de um instrumento fundamental no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Com base no ECA, julgue o item a seguir:

06. Segundo o ECA, o tratamento cruel ou degradante em relação à criança ou ao adolescente refere-se a condutas que humilhem, ameacem gravemente ou ridicularizem.

(CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ AM)/TJ AM/Serviço Social/2019)

Angélica, de vinte e cinco anos de idade, deu à luz gêmeos em uma maternidade pública, e, durante sua internação manifestou à assistente social Joana, que a acompanhava, o interesse em entregar seus filhos recém-nascidos à adoção, em razão de já ter Pedro, com seis anos de idade, passar por situação socioeconômica precária e carecer de apoio

familiar, visto que tinha uma relação difícil com seu companheiro e pai das três crianças, Alan, de quarenta e cinco anos de idade, que cumpria, havia dois meses, pena de dois anos pelo crime de furto e não havia recebido bem a notícia da gravidez. Angélica também relatou a Joana que morava em um cômodo cedido pela vizinha, mas que precisava desocupar em noventa dias o imóvel.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item seguinte, considerando os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

07. Em razão da privação de liberdade de Alan, o convívio de Pedro com o genitor será interrompido, devendo ser reestabelecido após o cumprimento da pena.

(IGEDUC - Prof (Prof Garanhuns)/Prof Garanhuns/Língua Portuguesa (Regular)/2024) Julgue o item subsequente:

08. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente que participem de programa de acolhimento institucional ou familiar.

(IGEDUC - Prof AE (Prof Ingá)/Prof Ingá/2023)

Julgue o item a seguir:

09. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu art. 19º, parágrafo 2º, estabelece que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 24 (vinte e quatro) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

(Instituto IBED - Psic Esc (Prof Monsenhor Hip.)/Prof Monsenhor Hip./2026)

Julgue o item a seguir:

10. A direção tem conhecimento de reiteradas faltas injustificadas de um estudante e já esgotou os recursos escolares para enfrentar o problema. Assertiva: nos termos do art. 56 do ECA, a situação deve ser comunicada ao Conselho Tutelar.

(CEBRASPE (CESPE) - GAAPC (PC DF)/PC DF/Assistente Social/2025)

Julgue o item a seguir em relação a modalidade de família e estratégias de atendimento e acompanhamento, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e a Política Nacional da Assistência Social – PNAS (2004).
11. O ECA considera como a família natural os pais e os parentes próximos que convivam e mantenham vínculos afetivos com a criança ou adolescente.

(CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Serviço Social/2023)

Cláudia, de vinte anos de idade, é solteira, servidora pública e considerada pessoa com deficiência moderada.

Considerando a situação hipotética anterior, julgue o item a seguir:

12. Cláudia pode adotar uma criança que tenha doze anos de idade e esteja em acolhimento institucional.

(CEBRASPE (CESPE) - MCre (Pires do Rio)/Prof Pires do Rio/2022)

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue:

13. Quem detém a guarda de criança ou adolescente é obrigado a prestar-lhe assistência material, moral e educacional, podendo opor-se a terceiros, inclusive aos pais do menor.

(QUADRIX - GPPGE (SEE DF)/SEE DF/Serviço Social/2022)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um dos principais documentos a serem utilizados no exercício profissional do assistente social na área da educação. Nele estão expostos os princípios legais que versam sobre a defesa dos direitos da criança e do adolescente e as normativas sobre a adoção e a guarda. Trata-se de um instrumento fundamental no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Com base no ECA, julgue o item a seguir:

14. Um dos critérios da concessão da guarda é que o guardião seja, pelo menos, dezoito anos mais velho do que a criança ou o adolescente.

(Com. Exam. (MPE SC) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2019)

15. Estabelece a Lei n. 8.069/1990 que o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, somente após completar 18 (dezoito) anos, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

(FAFIPA - PSP (Londrina)/Pref Londrina/Serviço de Psicologia/2015)

Em relação ao Estatuto da criança e do adolescente (Lei n, 8.069/90), julgue o item no que se refere à adoção:

16. Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.

(Instituto IBED - Prof (Pref Monsenhor Hip.)/Pref Monsenhor Hip./Educação Infantil/2026)

17. Conforme o art. 53 do ECA, a criança tem direito de ser respeitada por seus educadores e de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

(Instituto IBED - Prof (Pref Monsenhor Hip.)/Pref Monsenhor Hip./Língua Inglesa/2026)

Julgue o item a seguir:

18. De acordo com o ECA, os pais ou responsáveis possuem direito de conhecer o processo pedagógico, mas não podem participar da definição das propostas educacionais, matéria reservada exclusivamente aos profissionais da escola.

(CEBRASPE (CESPE) - Ass Soc (MPOG)/MPO/2015)

Acerca do conselho tutelar, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir:

19. O processo de escolha dos membros do conselho tutelar deve ocorrer a cada quatro anos, em data unificada em todo o território nacional, e a posse acontece no ano

subsequente, no mês de janeiro. Para que a candidatura seja efetivada, é exigido dos candidatos que eles residam no município, tenham reconhecida idoneidade moral e idade superior a vinte e um anos.

   OSPEDAGOGICOS

TURMA DAS 06H **SEDF**

 **PEDAGÓGICOS**
cursos e concursos